



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2020

ARP nº. 76/2020

PROCESSO nº. 0001239-79.2020.6.22.8000

Pregão Eletrônico nº. 40/2020

A **UNIÃO**, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e do CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, **RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **LICITAMAI S COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº. **13.201.732/0001-91**, com sede a Rua Doutor Manoel Vargas, nº. 316, Bairro Cristo Rei. Cidade de Várzea Grande/MT. CEP: 78.118-114, Telefone(s): (65) 2129-5857 e (65) 99934-1400, bem como E-mail(s): vendas@licitamais.cuiaba.br, neste ato representada por **MARCOS EDUARDO RODRIGUES MACHADO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. **2.616.359-4** SSP/MT e CPF nº. **055.923.981-58**, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da Licitação	Item desta ARP	Descrição	Quant	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
07	01	<i>Item 07 do Edital.</i> TRIPÉ. Características: Finalidade: utilização para fixação de câmeras e filmadoras Peso de suporte: até 2kg Altura: mínimo 50cm e máximo 2	02	447,50	895,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		metros Material: fabricado em alumínio Encaixe: 1/4 e rosca universão para câmeras, filmadoras e adaptador p/ smartphones. Estabilizador: nivelamento com precisão para oscilações na vertical e horizontal. Observações: deverá ser acompanhado de case de guarda, em material resistente e flexível. Demais descrições conforme homologação. Marca: LUUK YOUNG. Modelo: SLC 360.			
Valor total da ARP, R\$					895,00

1.2. No Anexo II do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Nota(s) de Empenho de Despesa.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas na(s) respectiva(s) Nota(s) de Empenho.

1.4. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data do recebimento da(s) Nota(s) de Empenho.

1.5. No TRE-RO, a entrega deverá ser feita em dias úteis, no horário da 8h às 18h, na Seção de Comunicação Social – SECOMS, no Edifício Anexo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, localizado na Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa União – Porto Velho/RO - CEP: 76.805-859, mediante agendamento pelo(s) telefone(s): (69) 3211-2013 / 2000.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - **ou por outros meios previstos na legislação de licitações** -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. No TRE-RO, a Gestão e a Fiscalização deste objeto serão realizadas pelo titular da Seção de Comunicação Social - SECOMS, ou por quem suas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vezes fizerem, cabendo-lhes, nessas condições, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

1.9. Não houve Adesão ao Cadastro Reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 22 de dezembro de 2020.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	MARCOS EDUARDO RODRIGUES MACHADO Pela Adjudicatária Fornecedor
<i>Fábia Maria dos Santos Silva</i> CPF: 567.849.102-49 Testemunha	<i>Roberto Cavalcanti</i> CPF: 255.812.874-49 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 23/12/2020, às 13:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS EDUARDO RODRIGUES MACHADO, Usuário Externo**, em 23/12/2020, às 14:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 23/12/2020, às 16:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA**, Técnico Judiciário, em 24/12/2020, às 09:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001239-79.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SECOMS

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 40/2020 – Sistema de Registro de Preço/ SRP – eventual aquisição de equipamentos fotográficos.

PARECER JURÍDICO Nº 284 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Patrimônio-SEPAT, com o objetivo de eventual **aquisição de equipamentos fotográficos**, via Sistema de Registro de Preços, para atender a alta demanda de produção de conteúdo audiovisual e fotográfico para confecção de arquivo, peças publicitárias de interesse institucional e de caráter histórico (memória), além de fortalecer a cobertura das ações eleitorais de 2020 e da Coordenação de Segurança das Eleições (COSE).

02. Após regular tramitação, juntou-se aos autos a minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos ([0621529](#)), a qual logrou aprovação por esta unidade, por meio do Parecer Jurídico nº 256/2020 - PRES/DG/AJDG ([0625160](#)), convertendo-se no Edital de Pregão Eletrônico nº 40/2020 ([0625503](#)).

03. Os documentos comprobatórios da divulgação do instrumento convocatório foram juntados no evento [0626336](#).

04. Não houve pedido de esclarecimento ou impugnação ao Edital.

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Relatório de propostas ([0635632](#));

b) Propostas das licitantes MASTER COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS E ELETRÔNICOS, CNPJ nº 12.05.428/0001-28 ([0637323](#)), e LICITAMAI COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13.201.732/0001-91 ([0637327](#)), e suas respectivas declarações de sustentabilidade ([0637324](#) e [0637330](#));

c) Solicitação nº 170/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0637331](#)), requisitando manifestação técnica quanto à aceitabilidade das propostas para os itens 1, 2, 5 e 7, bem como sua respectiva resposta na Manifestação nº 05/2020 – PRES/COPRESI/SECOMS ([0637765](#));

d) Propostas e declaração de sustentabilidade da licitante ESPAÇO DIGITAL COM. E LOC. DE AUDIO CINE VÍDEO E ILUM. LTDA, CNPJ nº 08.083.394/0001-09, para os itens 1 e 2 ([0638730](#), [0638735](#) e [0638740](#));

e) Solicitação nº 175/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0638742](#)), requisitando manifestação técnica quanto à aceitabilidade das propostas feitas aos 1 e 2, bem como sua respectiva resposta na Manifestações nº 6/2020 – PRES/COPRESI/SECOMS ([0638747](#) e [0638785](#)); e

f) documentos de habilitação das empresas LICITAMAI COMERCIO E SERVICOS EIRELI ([0638825](#)) e ESPACO DIGITAL COMERCIO E LOCACAO DE AUDIO, CINE, VIDEO E ILUMINACAO LTDA ([0638897](#)).

06. Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0638913](#)), Resultado por Fornecedor ([0638921](#)), Termo de Adjudicação ([0638942](#)) e Resultado de Licitação publicado ([0638921](#)).

07. Por fim, em seu Relatório nº 70/2020 – PRES/DG/SAODC/COMAP/SLC ([0639034](#)), o pregoeiro relata as principais ocorrências da competição. Após, juntou-se o comprovante de publicação do Resultado de Julgamento ([0639909](#)).

08. Assim, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0639069](#)). **É o breve e necessário relato.**

II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

09. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto ([0626336](#)).

10. Na publicação do aviso ([0626336](#)), consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

11. Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital: Não houve;

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: A Licitante Espaço Comércio e Locação de Audio, Cine, Video e Iluminação teve sua proposta para os itens 5 e 6 desclassificadas, pois apresentou produto diversos descrito no Edital;

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0635632](#)) e na ata do certame ([0638913](#)). Não houve recusa de lances;

d) Fase de negociação/aceitação: Todas as ocorrências foram registradas subitem 5.3 do Relatório nº 70/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0639069](#)). Desse modo, as justificativas demonstram que o pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório;

e) Cancelados na aceitação: Sim. Os 3, 4, 5 e 6 restaram fracassados;

f) Item deserto: Não houve;

g) Fase de Habilitação: As empresas ESPAÇO DIGITAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE AUDIO, CINE, VIDEO E ILUMINAÇÃO LTDA, com relação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ao GRUPO 1 ([0638897](#)), e LICITAMAI COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, com relação ao item 7 ([0638825](#)), atenderam os requisitos habilitatórios, consoante documentação acostadas ao feito, e foram habilitadas.

h) Recursos: Não houve intenção de recurso.

12. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

13. É importante registrar que, mesmo restando fracassados alguns itens na licitação, o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0638913](#)).

14. Destarte, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

15. Pois bem, os **itens 3, 4, 5 e 6 restaram fracassados**, pois os licitantes apresentaram valor da proposta acima do estimado e não aceitaram reduzi-la. Desta forma, para resolução do fracasso da licitação tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação.

16. Caso não haja prejuízo, em razão da demora, de outro procedimento licitatório, a Administração poderá pleitear a **repetição do certame**. Nesse caso específico a SECOMS deverá se manifestar acerca da repetição do certame. Considerando as justificativas apresentadas por esta unidade técnica solicitante da aquisição, **poderá** afigurar-se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos. Dessa forma, será analisada a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93.**

17. De outra parte, se a Administração concluir que a repetição do certame não é vantajosa e que pode ocasionar nova frustração, postergando ainda mais o início da prestação dos serviços, além de importar



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

em antieconomicidade, **poderá opinar pela contratação direta de seu objeto com fundamento no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, que trata de licitações desertas.

18. Sobre o tema, é importante observar o que preceitua o **referido dispositivo legal**, que estabelece ser **dispensável a licitação** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, **mantidas**, nesse caso, todas as **condições preestabelecidas**.

19. O entendimento de que os casos de ausência de licitantes interessados a que alude o art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 abarca tanto as situações de licitações com itens desertos quanto às licitações com itens **fracassados** ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que **“não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar”** ou, ainda, aquele que **“formula proposta que não atende aos requisitos do ato convocatório, ou vem a ter desclassificada sua proposta**, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93” (sem grifo no original).

20. A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa citada, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em *Direito Administrativo*, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei na 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

21. Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

22. Ainda, conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) inevitabilidade do prejuízo mediante contratação direta e;
- e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

23. Reforça-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos e estar criteriosamente informados nos autos, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

24. Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame**. De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.**

III – DA CONCLUSÃO

25. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0638942](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

26. Reafirmar-se a possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ou realizar o cadastramento dos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos.

27. Por derradeiro, a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda-se que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

À consideração da autoridade competente



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, Analista Judiciário, em 15/12/2020, às 11:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 15/12/2020, às 11:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001239-79.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Comunicação Social - SECOMS

ASSUNTO: Pregão Eletrônico nº 40/2020 – eventual aquisição de equipamentos fotográficos – homologação.

DESPACHO Nº 2054 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Comunicação Social - SECOMS, com o objetivo de eventual **aquisição de equipamentos fotográficos**, via Sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades de comunicação institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (evento [0524459](#)).

Após realização do Pregão Eletrônico SRP nº 40/2020 ([0625503](#)), vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas a sua homologação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O Pregoeiro juntou aos autos a ata do certame ([0638913](#)), Resultado por Fornecedor ([0638921](#)), Termo de Adjudicação ([0638942](#)), publicação do resultado da Licitação no Diário Oficial da União – DOU e no Diário de Justiça Eletrônico - DJE ([0639909](#)) e o relatório n. 70/2020 ([0639034](#)), onde o Pregoeiro relata as principais ocorrências da competição.

Não houve pedido de esclarecimentos, impugnação ao edital ou intenção de recurso.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as licitantes ESPAÇO DIGITAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE AUD I O, CINE, VIDEO E ILUMINAÇÃO LTDA - CNPJ 08.083.394/0001-09, grupo 1, valor de R\$ 50.560,34 (cinquenta mil quinhentos e sessenta reais e trinta e quatro centavos) e LICITAMAIIS COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - CNPJ 13.201.732/0001-91, item 7, valor R\$ 895,00 (oitocentos e noventa e cinco reais). Os Itens 03, 04, 05 e 06 restaram fracassados. Sendo o valor total do certame: R\$ 51.455,34 (cinquenta e um mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e quatro centavos).

Instada a Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0638942](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 e pela possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos. Por fim, ressalta que a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Além disso, recomenda que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto ([0640649](#)).

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0638913](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta diretoria-geral **HOMOLOGA O**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 40/2020, consoante Termo de Adjudicação ([0638942](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

A SECOMS para se manifestar sobre a contratação direta dos **itens 3, 4, 5 e 6**, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, **demonstrando a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame** ou cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos ou manifestação pela realização de novo certame para aquisição futura, atentando para a recomendação contida nos itens 16 e 17 do Parecer Jurídico nº 284/2020 ([0640649](#)).

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 15/12/2020, às 19:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.